



## **ESTATUTOS**

### **KMSP – Associação Krav Maga Security Portugal**

#### **CAPÍTULO I**

(Denominação, Sede, Objecto e Afins)

##### **Artigo 1º**

KMSP - Associação Krav Maga Security Portugal, associação de direito privado, sem fins lucrativos, rege-se pelos presentes “Estatutos”, e pela legislação em vigor.

##### **Artigo 2º**

- 1) A sede social da KMSP-Associação Krav Maga Security Portugal é provisoriamente na rua João José de Aguiar, 4 – 4º B; 2745 – 131 Queluz
- 2) A KMSP-Associação Krav Maga Security Portugal poderá alterar e diversificar a localização dos seus locais de treino.

##### **Artigo 3º**

- 1) A Associação Krav Maga Security Portugal é uma associação destinada ao ensino e treino de Krav Maga Security.
- 2) O seu objecto social consiste em divulgar e regulamentar a prática correcta e evoluir o Krav Maga Security em Portugal. Formar e reciclar os agentes de ensino do Krav Maga Security. Prestar assistência técnica a todos os associados. Promoção de iniciativas de apoio à infância e terceira idade no combate à fragilização, discriminação e exclusão social, assim como a promoção de iniciativas dirigidas à população em geral, que por razões de âmbito social, familiar ou profissional tenham que regularmente lidar com situações susceptíveis de criar ambientes agressivos e propícios à violência verbal, gestual ou física.

#### **CAPÍTULO II**

(Dos Sócios)

##### **Artigo 4º**

- 1) A Associação Krav Maga Security Portugal tem as seguintes categorias de Sócios:
  - Sócios menores
  - Sócios Efectivos
  - Sócios de Mérito
  - Sócios Honorários
  - Sócios Fundadores

- 2) São Sócios todos os indivíduos ou entidades que o pretendam, adquirindo essa qualidade mediante o cumprimento destes estatutos e regulamentos internos.
- 3) Sócios Menores são as pessoas singulares, menores de dezoito anos que tenham sido admitidas, através dos seus representantes legais. Os Sócios Menores adquirem, automaticamente, a qualidade de Sócios Efectivos logo que atinjam a idade de dezoito anos.
- 4) São Sócios Efectivos da Associação Krav Maga Security Portugal, as pessoas singulares, maiores de dezoito anos, inclusive, que aceitem e se obriguem a cumprir os Estatutos e Regulamentos da Associação e as deliberações dos seus Órgãos Sociais.
- 5) São Sócios de Mérito os agentes desportivos e outros, que de alguma forma ligados a Associação Krav Maga Security Portugal, e por força da sua acção e valor em prol da Associação e da modalidade, se revelem dignos dessa distinção.
- 6) São Sócios Honorários as pessoas singulares ou colectivas, que sem estarem directamente ligadas a Associação Krav Maga Security Portugal, sejam julgadas merecedoras dessa distinção pelos serviços prestados a Associação em particular e ao Krav Maga Security em geral.
- 7) São Sócios Fundadores aqueles que se dispuseram a constituir Associação Krav Maga Security Portugal.

#### **Artigo 5º**

- 1) São todos sócios da Associação Krav Maga Security Portugal, depois de admitidos pela Direcção.
- 2) Os Sócios de Mérito e Honorários adquirem essa qualidade mediante decisão da Assembleia-geral, por proposta da Direcção ou de outros Sócios Efectivos.

#### **Artigo 6º**

- 1) Os Sócios (todas as categorias) perdem essa qualidade:
  - a) Por extinção da Associação Krav Maga Security Portugal
  - b) Por sua iniciativa
  - c) Como resultado de processo disciplinar que a tal conduza
  - d) Quando estejam 1 ano consecutivo com falta de pagamento das quotas de sócios.
- 2) No caso previsto da alínea d) do número anterior considera-se eliminado o sócio que tendo sido notificado pela Direcção para efectuar o pagamento das quotas em atraso, o não faça no prazo de trinta dias.
- 3) O Sócio que por qualquer forma deixar de pertencer à Associação não tem direito a reaver as quotizações que haja pago sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da Associação.

#### **Artigo 7º**

- 1) São Direitos dos Sócios:
  - a) Tomar parte nas reuniões da Assembleia-geral, exercendo todos os direitos inerentes, bem como serem eleitos para os Corpos Sociais da Associação Krav Maga Security Portugal.
  - b) Examinar na Sede Social ou no local de treino a documentação referente às contas, durante os quinze dias que antecedem a reunião da Assembleia-geral, convocada para a apresentação do relatório e contas do respectivo ano social.
  - c) Os pontos a) e b) não são extensivos aos Sócios menores
  - d) Frequentar as instalações sociais da Associação Krav Maga Security Portugal
  - e) Participar nas actividades da Associação nas condições do Regulamento Interno.
- 2) Os Sócios de Mérito e os Sócios Honorários têm todos os direitos anteriores e Diploma comprovativo dessa qualidade.

### **Artigo 8º**

- 1) São deveres dos Sócios:
  - a) Colaborar no desenvolvimento do Krav Maga Security e na promoção dos valores éticos do desporto.
  - b) Efectuar dentro dos prazos estabelecidos pelo “Regulamento-Interno”, o pagamento das suas quotas.
  - c) Apresentar propostas para novos sócios.
  - d) Cumprir os presentes Estatutos e o Regulamento Interno.

### **Artigo 9º**

- 1) Os Sócios só podem exercer os direitos referidos no Artigo sétimo, se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.
- 2) Os Sócios que tenham sido admitidos há menos de 1 ano não gozam dos direitos referidos nas alíneas a) do número um do artigo sétimo podendo assistir às reuniões da Assembleia Geral mas sem direito de voto.
- 3) Não são elegíveis para os Corpos Gerentes os Sócios que, mediante processo judicial, tenham sido removidos dos cargos Directivos da Associação ou de outra instituição particular de solidariedade social, ou tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício das suas funções.

## **CAPÍTULO III**

(Dos Órgãos Sociais)

### **Artigo 10º**

A Associação Krav Maga Security Portugal realiza os seus fins por intermédio da Assembleia-Geral e dos seguintes órgãos:

Mesa da Assembleia-Geral  
Direcção  
Conselho Fiscal

### **Artigo 11º**

- 1) A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios admitidos há pelo menos 1 ano, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.
- 2) A Assembleia Geral é dirigida pela respectiva Mesa que se compõem de um Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.
- 3) Na falta ou impedimento de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral, competirá a esta eleger os respectivos substitutos de entre os Associados presentes os quais cessarão as suas funções no termo da reunião.

### **Artigo 12º**

- 1) Participam na Assembleia-Geral todos os Sócios que se encontrem em pleno gozo dos seus direitos.
- 2) Os Sócios que tenham sido admitidos há menos de um ano não gozam dos direitos referidos no ponto anterior, podendo assistir às reuniões da Assembleia Geral mas sem direito a voto.
- 3) Os Sócios poderão ser representados na Assembleia-Geral por um Sócio da Associação Krav Maga Security Portugal, devidamente credenciado (com procuração), não podendo este, representar mais do que um outro Sócio.
- 4) É admitido o voto por correspondência sob condição do seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da Ordem de Trabalhos e a assinatura do Associado se encontrar reconhecida notarialmente

### **Artigo 13º**

- 1) Os Órgãos Sociais são eleitos em listas separadas que deverão simultaneamente apresentar um programa de acção para o período do mandato.
- 2) Serão submetidos a sufrágio, as listas apresentadas na Sede da Associação, até quinze dias antes da reunião da Assembleia-geral, convocada para o efeito, quando subscritas por um grupo de pelo menos vinte e cinco Sócios no pleno gozo dos seus direitos estatutários.
- 3) O mandato dos Órgãos Sociais tem a duração de quatro anos e inicia-se com a tomada de posse dos seus membros, perante o presidente cessante da mesa da assembleia geral ou o seu substituto, e deve ter lugar nos 30 dias seguintes à eleição.
- 4) Os titulares dos órgãos mantêm-se em funções até a posse dos novos titulares.
- 5) Os Órgãos Sociais deverão ser eleitos no mês de Dezembro do último ano de cada quadriénio.
- 6) O Presidente da direcção ou cargo equiparado só pode ser eleito para três mandatos consecutivos
- 7) Caso o Presidente cessante da mesa da assembleia geral não confira a posse até ao 30º dia posterior ao da eleição, os titulares eleitos pela assembleia geral entram em exercício independentemente da posse, salvo se a deliberação de eleição tiver sido suspensa por procedimento cautelar.
- 8) O Presidente cessante da direcção poderá ser titular de outro cargo noutro órgão.
- 9) Os Órgãos Sociais deliberam por maioria simples de votos, tendo os respectivos Presidentes, voto de qualidade.
- 10) Não há limite de mandatos para os restantes titulares.
- 11) Não é permitido aos membros dos Órgãos Sociais o desempenho simultâneo de mais de um cargo da mesma Associação.
- 12) O disposto nos números anteriores aplica-se aos membros da Assembleia Geral, da Direcção e do Conselho Fiscal.

### **Artigo 14º**

- 1) Em caso de vacatura da maioria dos membros de cada Órgão Social, depois de esgotados os respectivos suplentes, deverão realizar-se eleições parciais para preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês e a posse deverá ter lugar nos trinta dias seguintes à eleição.
- 2) O termo do mandato dos membros eleitos nas condições no número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos
- 3) Os membros dos Órgãos Sociais são responsáveis civil e criminalmente pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.
- 4) Os Membros dos Órgãos Sociais não podem contratar directa ou indirectamente com a Associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a Associação

### **Artigo 15º**

Os membros dos Órgãos Sociais podem receber remunerações ou gratificações por serviços prestados a Associação Krav Maga Security Portugal, no desempenho das suas funções directivas.

## **CAPITULO IV** (Da Assembleia Geral)

### **Artigo 16º**

A Assembleia – Geral é dirigida por uma mesa composta por três membros:

- Presidente,
- 1º Secretário
- 2º Secretário.

### **Artigo 17º**

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia-Geral:

- 1) Convocar as reuniões da Assembleia-Geral;
- 2) Orientar, dirigir e disciplinar os trabalhos;
- 3) Conferir posse aos membros dos Órgãos da Associação Krav Maga Security Portugal eleitos nos termos dos Estatutos, nos quinze dias seguintes à Assembleia-Geral electiva.

### **Artigo 18º**

- 1) Compete à Mesa da Assembleia-Geral redigir a acta das reuniões e assinar as mesmas, após aprovação.
- 2) A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios admitidos há pelo menos um ano, que tenham as suas quotas em dia e não se encontrem suspensos.
- 3) A Assembleia Geral é dirigida pela respectiva Mesa que se compõem de um Presidente, um Primeiro Secretário e um Segundo Secretário.

## **CAPÍTULO V**

(Funcionamento e Competência da Assembleia Geral)

### **Artigo 19º**

Compete à Assembleia-Geral

- 1) Eleger ou exonerar os Órgãos Sociais.
- 2) Apreciar, discutir e votar as reformas estatutárias e regulamentos propostos pela Direcção da Associação.
- 3) Apreciar e discutir os actos da Direcção, aprovando ou rejeitando os respectivos relatórios, balanços e contas, bem como os actos dos restantes Órgãos Sociais.
- 4) Instituir e fixar as taxas inerentes ao Regulamento Interno
- 5) Atribuir a qualidade de Sócios de Mérito e Honorários, bem como, se for caso disso, retirar-lhes essa distinção.
- 6) Deliberar sobre a aquisição e ou alienação onerosa de bens imóveis, e móveis sujeitos a registo;
- 7) Apreciar e decidir, em ultima instância, os recursos interpostos das deliberações disciplinares da Direcção;
- 8) Aplicar a pena de expulsão;
- 9) Deliberar sobre a dissolução da Associação
- 10) Resolver outros assuntos que a lei Geral, os presentes Estatutos e outros regulamentos determinem.

### **Artigo 20º**

- 1) A convocação da Assembleia-Geral será sempre feita, com a antecedência mínima de quinze dias, divulgada através dos placares informativos na sede social da Associação, ou nos locais de treino e através de correio para a residência de todos os Sócios em pleno gozo dos seus direitos.

- 2) Os avisos convocatórios mencionarão, obrigatoriamente, os assuntos da ordem de trabalhos, bem como a hora e o local da reunião;

#### **Artigo 21º**

- 1) O quórum para as reuniões da Assembleia-Geral é constituído pelo número de membros correspondente à maioria absoluta do total de votos da Assembleia-Geral.
- 2) A Assembleia-Geral reunirá em primeira convocatória à hora marcada, se não existir quórum reunirá em segunda convocatória, trinta minutos depois independentemente do número de Sócios presentes, podendo deliberar sobre todos os assuntos constantes na Ordem de Trabalhos.
- 3) As deliberações sobre alterações de Estatutos exigem o voto favorável de três quartos do total de votos dos Sócios presentes.
- 4) A deliberação sobre a dissolução da Associação Krav Maga Security Portugal exige o voto favorável de três quartos do total dos Sócios no pleno gozo dos seus direitos Estatutários.

#### **Artigo 22º**

Nas Assembleias-Gerais, a cada;

Sócio Efectivo, em pleno gozo dos seus direitos, corresponderá, um voto.

Sócio de Mérito, em pleno gozo dos seus direitos, corresponderá, um voto.

Sócio Honorário, em pleno gozo dos seus direitos, corresponderá, um voto.

Sócio Fundador corresponderá, cinco votos

#### **Artigo 23º**

- 1) De tudo o que ocorrer nas reuniões da Assembleia-Geral se lavrará acta em livro próprio.
- 2) A acta de cada reunião será submetida a aprovação na reunião seguinte, após o que será assinada pelos membros da mesa.

#### **Artigo 24º**

- 1) A Assembleia-Geral reunirá ordinariamente até ao fim do mês de Março, para apreciação e votação do relatório e contas do ano social anterior. Em Novembro, reunirá novamente para apreciação e votação do Orçamento do ano seguinte.
- 2) A Assembleia-Geral reunirá extraordinariamente por convocação do seu presidente por sua iniciativa, a requerimento dos restantes Órgãos Sociais, ou de um terço dos seus Sócios Efectivos.

### **CAPÍTULO VI**

(Da Direcção)

#### **Artigo 25º**

- 1) A Direcção é composta por cinco elementos:  
Presidente;  
Vice-Presidente;  
Secretário;  
Tesoureiro.  
Vogal
- 2) Haverá simultaneamente igual número de suplentes que se tornarão efectivos à medida que se derem vagas e pela ordem em que tiverem sido eleitos.
- 3) No caso de vacatura do cargo de Presidente, será o mesmo preenchido pelo Vice-Presidente.
- 4) Os suplentes poderão assistir às reuniões da Direcção mas sem direito a voto.

## **Artigo 26º**

- 1) Compete ao Presidente de Direcção:
  - a) Superintender na Administração da Associação orientando e fiscalizando os respectivos serviços;
  - b) Convocar e presidir às reuniões da Direcção, dirigindo os respectivos trabalhos;
  - c) Representar a Associação em juízo ou fora dela;
  - d) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar o livro de actas da Direcção;
  - e) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Direcção na primeira reunião seguinte.
  - f) Compete ao Vice - Presidente coadjuvar o Presidente no exercício das suas atribuições e substituí-los nas suas ausências e impedimentos.
- 2) Compete ao Secretário:
  - a) Lavrar as actas das reuniões da Direcção e superintender nos serviços de expediente;
  - b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Direcção organizando os processos dos assuntos a serem tratados;
  - c) Superintender nos serviços de secretaria.
- 3) Compete ao Tesoureiro:
  - a) Receber e guardar os valores da Associação;
  - b) Promover a escrituração de todos os livros de receitas e de despesas;
  - c) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receitas conjuntamente com o Presidente;
  - d) Apresentar mensalmente à Direcção o balancete em que se discriminarão as receitas e despesas do mês anterior.
  - e) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria.
- 4) Compete ao Vogal coadjuvar os restantes membros da Direcção nas respectivas atribuições e exercer as funções que a Direcção lhe atribuir.
- 5) Para obrigar a Associação serão necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de quaisquer três membros da Direcção, ou as assinaturas conjuntas do Presidente e do Tesoureiro.
- 6) Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do Presidente e do Tesoureiro.
- 7) Nos actos de mero expediente bastará a assinatura de qualquer membro de Direcção.

## **Artigo 27º**

Compete à Direcção:

- 1) Praticar todos os actos de gestão e administração da Associação Krav Maga Security Portugal,
- 2) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e os Regulamentos em vigor;
- 3) Instaurar e elaborar processo disciplinar, no qual seja garantida a defesa do arguido;
- 4) Apreciar e punir de harmonia com o Regulamento Disciplinar, as infracções disciplinares imputadas a Sócios e outros agentes desportivos ou não, ligados a Associação Krav Maga Security Portugal, bem como propor à Assembleia-Geral a pena de expulsão;
- 5) Elaborar proposta de alteração de Estatutos e Regulamentos;
- 6) Administrar os fundos da Associação Krav Maga Security Portugal
- 7) Elaborar anualmente o relatório e contas referentes ao ano social findo, facultando a sua consulta aos Sócios oito dias antes da Assembleia-Geral, para apreciação do mesmo;
- 8) Elaborar o plano Anual de actividades e respectivo orçamento;
- 9) Criar Departamentos especializados para competências específicas.

### **Artigo 28º**

A Direcção reunirá sempre que o julgar conveniente por convocação do Presidente e obrigatoriamente, pelo menos uma vez em cada mês. Em cada reunião serão lavradas as actas das mesmas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes.

## **CAPÍTULO VII** (Do Conselho Fiscal)

### **Artigo 29º**

O conselho Fiscal é composto por três elementos:

- Presidente
- 1º Vogal
- 2º Vogal

### **Artigo 30º**

Compete ao Conselho Fiscal:

- 1) Examinar as contas
- 2) Elaborar anualmente pareceres sobre os orçamentos e contas da Associação para elucidação da Assembleia-geral;
- 3) Emitir pareceres sobre todos os assuntos de sua competência que lhe sejam submetidos pela Direcção;
- 4) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- 5) Fiscalizar as contas e relatórios da Direcção e a legalidade dos seus actos;

### **Artigo 31º**

- 1) O Conselho Fiscal reunirá trimestralmente por convocação do seu presidente.
- 2) No caso de vacatura do cargo de Presidente, será o mesmo preenchido pelo primeiro Vogal e este por um suplente
- 3) O conselho Fiscal pode solicitar à Direcção elementos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquele Órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique.

## **CAPÍTULO VIII** (Regime Disciplinar)

### **Artigo 32º**

A disciplina da Associação Krav Maga Security Portugal aplica-se aos Sócios e a todos os Agentes Desportivos sujeitos à sua jurisdição.

### **Artigo 33º**

Constituem infracções sujeitas a procedimento Disciplinar:

- 1) A violação dos Estatutos e Regulamentos da Associação;
- 2) O não cumprimento das deliberações dos Órgãos Sociais da Associação.
- 3) A prática de actos de indisciplina, causadores de danos para os membros dos Órgãos Sociais e dos Agentes desportivos, ou que de algum modo afectem o prestígio e o bom-nome da modalidade e das suas instituições.



#### **Artigo 34º**

- 1) Os sócios que violarem os deveres estabelecidos no artigo oitavo ficam sujeitos às seguintes sanções:
  - a) Repreensão;
  - b) Suspensão de direitos até trinta dias;
  - c) Demissão
- 2) São demitidos os sócios que por actos dolosos tenham prejudicado materialmente a Associação
- 3) A demissão é sanção da exclusiva competência da Assembleia Geral, sob proposta da Direcção
- 4) A aplicação das sanções previstas nas alíneas b) e c) do número um, só se efectivarão mediante audiência obrigatória do Associado
- 5) A suspensão de direitos não desobriga do pagamento da quota.

#### **Artigo 35º**

- 1) Na Disciplina do Sócio e dos Agentes desportivos, tipos de sanção e modos de a aplicar, vigorará o Regulamento
- 2) A aplicação de qualquer sanção será precedida de instauração de Processo Disciplinar subordinado ao princípio do contraditório, que ofereça todas as garantias de defesa ao arguido.

### **CAPÍTULO IX**

(Regime Económico-Financeiro)

#### **Artigo 36º.**

As receitas da Associação Krav Maga Security Portugal compreendem:

- 1) As quotas dos Sócios;
- 2) As taxas de praticante;
- 3) Taxas de inscrição;
- 4) Os donativos e subvenções;
- 5) Os juros de depósitos Bancários;
- 6) O produto de alienação de bens;
- 7) Heranças e legados;
- 8) Outros rendimentos eventuais permitidos por lei.

#### **Artigo 37º**

Constituem despesas da Associação Krav Maga Security Portugal os encargos com o respectivo funcionamento, com o cumprimento das atribuições e competências dos seus órgãos, bem como, os custos com a aquisição e manutenção dos seus equipamentos e serviços que tenham de utilizar, em especial:

- 1) As remunerações e gratificações a treinadores e demais técnicos ao serviço da Associação Krav Maga Security Portugal.
- 2) As despesas de deslocação, estadias e representações efectuadas pelos membros dos seus Corpos Gerentes, quando ao serviço da Associação Krav Maga Security Portugal
- 3) O custo dos prémios de seguro referentes às deslocações dos seus Corpos Gerentes, quando em serviço da Associação Krav Maga Security Portugal
- 4) Os encargos resultantes das actividades desportivas.
- 5) Os encargos resultantes das participações em representação da Associação Krav Maga Security Portugal.
- 6) O custo de prémios, medalhas, emblemas e outros troféus na organização de eventos desportivos.
- 7) Os encargos de administração e contabilidade.

## **CAPÍTULO X**

### **(Disposições Diversas)**

#### **Artigo 38º**

Os actos de gestão da Associação Krav Maga Security Portugal serão registados em livro próprio e comprovados por documentos devidamente legalizados, ordenados e guardados nos arquivos.

#### **Artigo 39º**

- 1) No caso de extinção da Associação, competirá à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.
- 2) Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática dos actos meramente conservatórios e necessários quer à liquidação ou património social, quer à ultimação dos negócios pendentes.

#### **Artigo 40º**

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação em vigor.

Aprovados por unanimidade em Assembleia-Geral no dia 27 de Novembro de 2016